

Empresa projeta explorar ouro em Lavras do Sul

Lavras do Sul Mineração, que já identificou 26 alvos em área de 23 mil hectares, prevê início da atividade em 2029

Lívia Araújo
livia@jcrs.com.br

A Lavras do Sul Mineração (LDSM), que atua no município homônimo, na Campanha Gaúcha, estima que possa iniciar efetivamente a exploração de ouro em meio aos 23 mil hectares da empresa em até quatro anos, até 2029. A previsão é do gerente nacional da empresa, Paulo Serpa, que participou ontem do relançamento da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Região da Campanha do RS, na Assembleia Legislativa.



Segundo Serpa, o projeto já teve aprovado o termo de referência da primeira licença ambiental, e o Estudo de Impacto Ambiental começará a ser desenvolvido a partir do segundo semestre. “A gente tem condições de começar a produzir em 2029, mas vai depender, é claro, do ritmo dos avanços. O processo de desenvolvimento de um projeto mineiro envolve várias etapas e é um trabalho que tem de

ser feito com muito cuidado, porque são investimentos muito grandes”, explicou.

No caso de Lavras do Sul, ele pontuou que, até agora, já foram investidos cerca de R\$ 200 milhões somente em pesquisa mineral. A LDSM possui 37 direitos minerários na região, cujas atividades no segmento remontam ao século XIX, e identificou 26 alvos para a mineração de ouro.

Segundo Serpa, o impacto econômico trazido pela atividade pode ser significativo. “Se formos levar em conta o preço da onça de ouro hoje, que é de US\$ 3,35 mil, isso geraria US\$ 335 mil em faturamento. Isso representa mais de R\$ 1,5 bilhão em impostos gerados em dez anos”, projetou.

Além de reunir autoridades públicas e representantes de entidades, o evento teve a presença inclusive de Michael Durose, CEO da Lavras Gold, empresa canadense controladora da LDSM, e de representantes do governo cana-



BRENO BAUER/JC

Relançamento da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Campanha reabriu debate sobre mineração

dense. Segundo Durose, “a parte mais difícil no ramo da mineração é encontrar um projeto economicamente viável para desenvolver, mas acreditamos que, com os investimentos na região nos últimos 2,5 anos, provavelmente teremos um projeto economicamente viável.”

Para o canadense, o próximo desafio é mostrar à comunidade local que é possível desenvolver algo ambientalmente responsável e que gerar riqueza para a região.

Durose contou que esteve no Rio Grande do Sul durante as cheias de maio. “A enchente, de

certa forma, abriu um debate mais amplo sobre o desenvolvimento regional no Estado. Acho que, no Rio Grande do Sul, a mineração tem investimentos insuficientes, mas pode dar uma contribuição muito positiva. A enchente acabou abrindo um diálogo muito bom”, disse.

Questão ambiental domina embates judiciais sobre a atividade na região

A ênfase de Michael Durose, CEO da Lavras Gold, é de que a questão ambiental demonstra o peso que o tema tem no setor de mineração, cujos empreendimentos são frequentemente alvo de protestos pelo receio do impacto da atividade.

De acordo com Paulo Serpa, da LDSM, “existe uma falta de conhecimento da sociedade sobre a mineração”. “A região não tem só ouro, e fosfato, mas também temos cobre, chumbo, zinco que, se trabalhados, poderão render vários empreendimentos mine-

rais”, defendeu.

O exemplo desses potenciais, no caso do fosfato, é o projeto Fosfato Três Estradas, da Águia Fertilizantes também em Lavras do Sul, e que gerou contestações acerca de preocupações com o impacto ambiental. Em novembro do ano passado, a 1ª Vara Federal de Bagé teve decisão favorável ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento, que incluirá uma planta industrial, a primeira do tipo no RS. Na época, o Jornal do Comércio trouxe a informação de que a empresa planejava ini-

ciar as obras no primeiro semestre de 2025, com previsão de lançar o produto no mercado em 2026.

A decisão ocorreu no âmbito de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Associação para Grandeza e União de Palmas, Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Inga Estudos Ambientais e Cooperativa Agropecuária do Alto Camaquã Ltda. Na ação, a empresa, Águia Fertilizantes, e a Fundação

Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam) eram réus.

A ação pedia a nulidade dos atos realizados no licenciamento ambiental do projeto, alegando que deveria ter sido feita uma consulta livre, prévia e informada à Comunidade Tradicional de Pecuaristas Familiares na área diretamente afetada pelo empreendimento. O MPF recorreu da decisão em abril, mas ainda não há data para julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Apesar do imbróglio, o pre-

feito de Lavras do Sul, Renan Delabary (PP), disse acreditar que a obra será iniciada “dentro dos próximos meses”.

A Águia Fertilizantes informa que pretende produzir cerca de 300 mil toneladas anuais de fosfato. Até novembro de 2024, a empresa afirma que já havia investido mais de R\$ 80 milhões em pesquisa, engenharia e estudos ambientais, e planeja investir mais R\$ 80 milhões na primeira fase do projeto, com duração estimada de 18 anos e geração de 100 empregos diretos na operação.

Wine SOUTH AMERICA

A FEIRA DE NEGÓCIOS DO VINHO

06-08 MAIO 2025
Bento Gonçalves
Rio Grande do Sul

5ª EDIÇÃO

Consulte regras de acesso em:
www.winesa.com.br

Em colaboração: **vitaly**

Realização: **EMPRESA DO GRUPO** **veronafere**

Patrocínio master: **SEBRAE**

Patrocínio ouro: **BENTO** **Pura Inspiração**

Patrocínio prata: **CAIXA** **GOVERNO FEDERAL**

Patrocínio bronze: **Sicredi** **BRDE** **banrisul** **BADESUL**

Apoio: **COLETA** **BRASIL** **vinho brasileiro** **SUGO** **ALUNO** **brasil** **wines of brazil**